



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 4ª VARA DO TRABALHO DE CANOAS EM 13.05.2014

Aos 13 dias do mês de maio de 2014, compareceu à sede da 4ª Vara do Trabalho de Canoas a Excelentíssima Senhora **BEATRIZ RENCK**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada do Assessor Jurídico da Corregedoria, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, e da servidora Vera Regina Salimen Agrello, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0002141-68.2014.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pela Juíza Titular Ingrid Loureiro Irion, pela Juíza Substituta Aline Veiga Borges, pela Diretora de Secretaria Paula Beatriz de Oliveira Mottin e pelos servidores lotados nessa Vara do Trabalho. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da Vara do Trabalho, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 14.11.2011

Data da última correição realizada: 14.05.2013

Jurisdição: Canoas e Nova Santa Rita

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2013 a 13.05.2014

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Regime de Lotação

Nos termos da Portaria nº 03/2014, da Corregedoria Regional deste TRT, a 4ª Vara do Trabalho de Canoas pertence à 34ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição é dotada de lotação de 1 Juiz Substituto.

2.1.2 Juizes Atuais

Juíza	Situação	Período
Ingrid Loureiro Irion	Juíza Titular	Desde 19.07.2012
Aline Veiga Borges	Juíza Substituta Lotada	Desde 11.03.2013

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 28.04.2014)



2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correccionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
-	Ingrid Loureiro Irion	desde 19.07.2012	Juíza Titular	-
1	Raquel Gonçalves Seara	04 a 08.02.2013	Juíza Substituta Auxiliar	5 dias
2	Ana Paula Keppeler Fraga	18 e 19.02.2013	Juíza Substituta Auxiliar	4 dias
		25 e 26.03.2013	Juíza Substituta estava no exercício da titularidade da Vara, em virtude das férias da Juíza Titular	
3	Aline Veiga Borges	20.02 a 10.03.2013	Juíza Substituta Auxiliar (ainda não lotada na Unidade Judiciária)	21 dias
-	Aline Veiga Borges	desde 11.03.2013	Juíza Substituta Lotada	-
4	Thiago Boldt de Souza	14 a 25.08.2013	Desconvocação da Juíza Substituta lotada para proferir sentenças em processos pendentes de julgamento.	12 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 28.04.2014)

2.1.4 Afastamentos dos Juízes Titulares e Substitutos lotados durante o período correccionado

	Juíza	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Titular	Ingrid Loureiro Irion	Férias	11 a 29.03.2013 1º a 21.04.2013 15 a 28.07.2013 23.09 a 07.10.2013 06 a 15.02.2014 17.02 a 09.03.2014	100 dias
Substituta lotada	Aline Veiga Borges	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	25 e 26.03.2013	2 dias
		Férias	03 a 13.06.2013 15.06 a 02.07.2013 23 a 25.10.2013 28.10 a 21.11.2013	57 dias
		Desconvocação para proferir sentenças em processos pendentes de julgamento	14 a 25.08.2013	12 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 28.04.2014)



2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados na Vara do Trabalho

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Paula Beatriz de Oliveira Mottin	Analista Judiciário - Área Judiciária	Diretora de Secretaria (CJ3)	23.08.2012
2	Mauro Manghi dos Santos	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Juiz Titular (FC05)	06.08.2012
*	Patrícia Alberto da Silva Ferreira	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Substituto (FC05)	11.03.2013
3	Marilise Hagen Tetzlaff	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	07.01.2013
4	Renata Matos da Costa	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretária de Audiências (FC03)	09.12.2011
5	Roberta Eilert Barella	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretária de Audiências (FC03)	19.12.2012
6	João Ozório Possebon de Freitas	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	19.11.2012
7	Valdomiro Noga Júnior	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	22.04.2014
8	Rafael Hepfner	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	12.11.2012
9	Luciana Godoy de Souza	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	19.12.2012
10	Eric Coltri Skrotzky	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	21.03.2013
11	Rafael Teixeira de Carvalho	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	30.09.2013

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 02.05.2014)

* Servidor ocupante de Função Comissionada de Assistente de Juiz Substituto (FC05) não conta para fins de lotação na Unidade Judiciária.



2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2011, 2012 e 2013)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.230 processos	1.001 a 1.500	11 servidores	11 a 12 servidores

De acordo com a Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, com as alterações previstas na Resolução nº 83/2011, também do CSJT, o número atual de servidores da 4ª Vara do Trabalho de Canoas está de acordo com o parâmetro previsto na referida norma.

2.2.3 Afastamento dos Servidores

Servidor (a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Eric Coltri Skrotzky (desde 21.03.2013)	Dispensa Médica	1 dia	1 dia
João Ozório Possebon de Freitas	Curso ou Evento	5 dias	5 dias
Luciana Godoy de Souza	Curso ou Evento	2 dias	187 dias
	Dispensa Médica	1 dia	
	Licença-gestante e Prorrogação de Licença-gestante	180 dias	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	4 dias	
Marilise Hagen Tetzlaff (desde 07.01.2013)	-	-	-
Mauro Manghi dos Santos	-	-	-
Patrícia Alberto da Silva Ferreira (desde 11.03.2013)	-	-	-
Paula Beatriz de Oliveira Mottin	Curso ou Evento	8 dias	8 dias
Rafael Hepfner	Dispensa Médica	1 dia	1 dia
Rafael Teixeira de Carvalho (desde 30.09.2013)	Curso ou Evento	5 dias	6 dias
	Doação de Sangue	1 dia	
Renata Matos da Costa	Curso ou Evento	6 dias	6 dias
Roberta Eilert Barella	Curso ou Evento	1 dia	1 dia
Valdomiro Noga Júnior (desde 22.04.2014)	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 02.05.2014)



2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correcionado

	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Eduardo Macalão Barbosa	11.01.2013	03.03.2013	1 mês e 23 dias	Lotação no Gab. Desa. Beatriz Renck – Assistente de Gabinete (FC05)
2	Jéssica Marcela Schneider	06.05.2013	18.06.2013	1 mês e 13 dias	Lotação no Gab. Des. Alexandre Corrêa da Cruz – Assistente de Gabinete (FC05)
3	Fabiola Ribeiro Cestariolo	19.12.2012	20.11.2013	11 meses e 2 dias	Lotação na 7ª Vara do Trabalho de Porto Alegre – Assistente (FC02)
4	Jardel de Paula Peres	05.12.2012	27.02.2014	1 ano, 2 meses e 20 dias	Lotação na 20ª Vara do Trabalho de Porto Alegre

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 02.05.2014)

2.2.5 Estagiários

	Estagiário	Curso em Andamento	Período
1	Vanessa Carolina Boll	Superior em Direito	1º.10.2013 a 30.09.2014

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 02.05.2014)

2.3 CAPACITAÇÃO

2.3.1 Capacitação dos Juízes Titulares e Substitutos lotados durante o período correcionado

Juiz	Gestão Estratégica	PJe	Demais Cursos	Total
Ingrid Loureiro Irion	-	8 horas	40 horas	48 horas
Aline Veiga Borges	-	8 horas	45,5 horas	53,5 horas

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 02.05.2014)

2.3.2 Capacitação dos Servidores

Servidor (a)	Gestão Estratégica	PJe	Demais Cursos	Total
Eric Coltri Skrotzky	-	47 horas	20 horas	67 horas
João Ozório Possebon de Freitas	-	47 horas	-	47 horas
Luciana Godoy de Souza	-	27 horas	79 horas	106 horas



Marilise Hagen Tetzlaff	-	47 horas	20 horas	67 horas
Mauro Manghi dos Santos	-	46 horas	-	46 horas
Patrícia Alberto da Silva Ferreira	-	20 horas	-	20 horas
Paula Beatriz de Oliveira Mottin*	65 horas	56 horas	11 horas	132 horas
Rafael Hepfner	51 horas	51 horas	-	51 horas
Rafael Teixeira de Carvalho	30 horas	20 horas	36 horas	86 horas
Renata Matos da Costa	-	51 horas	34 horas	85 horas
Roberta Eilert Barella	30 horas	51 horas	20 horas	101 horas
Valdomiro Noga Júnior	30 horas	46 horas	75 horas	151 horas

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 02.05.2014)

* Gestora da Unidade Judiciária.

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até mar)	Variação 2013-2014
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	2.264	2.459	8,61%	2.527	2,77%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	193	318	64,77%	355	11,64%
Pendentes de finalização na fase de execução***	722	1.070	48,20%	1.157	8,13%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	162	160	-1,23%	136	-15,00%
Total	3.341	4.007	19,93%	4.175	4,19%

(Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 – Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.05.2014)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2013, houve majoração de 19,93% de processos tramitando na Unidade Judiciária. Em números de processos, a execução foi a fase que mais contribuiu para o aumento desse estoque (acréscimo de 348 processos). Apenas as cartas precatórias registraram queda de 1,23% no período. A variação do acervo de processos na 4ª Vara do Trabalho de Canoas em 2013 foi superior ao resultado apresentado pela 4ª Região no período, quando registrado um aumento de 4,03% dos processos em tramitação.

Entretanto, a situação geral do acervo processual, em especial na fase de execução, deve ser apreendida com reserva e com atenção às especificidades do caso concreto, visto que a vara foi criada em novembro de



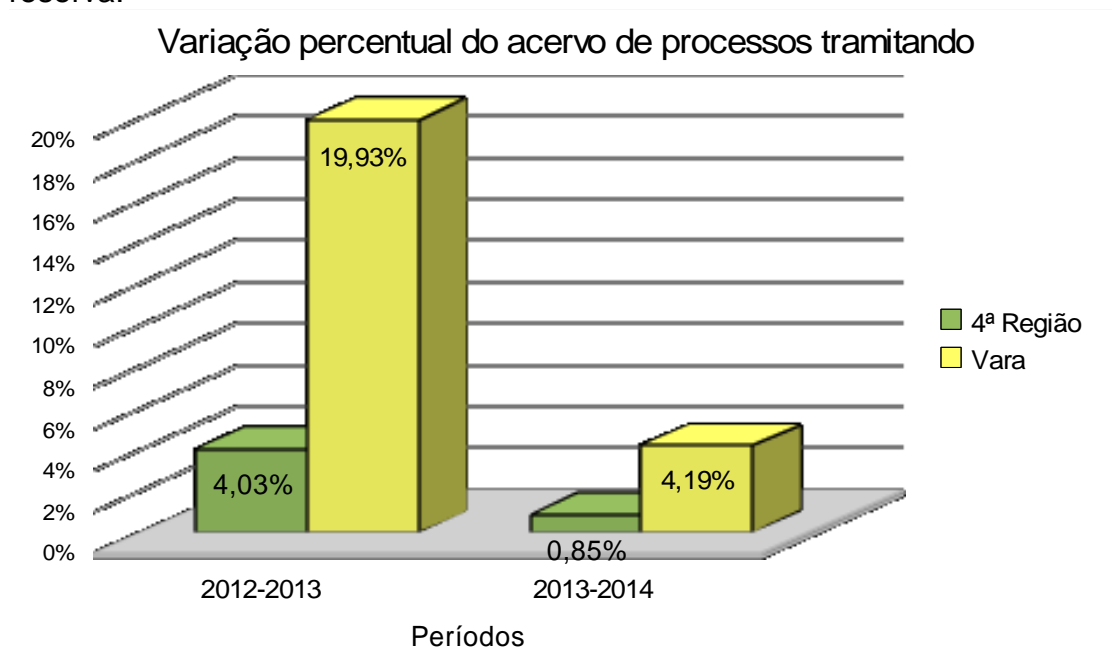
2011, inicialmente com a distribuição dirigida de casos novos e, em parte, com a transferência de parte do acervo da execução das varas já existentes no foro.

Portanto, foram vários os aspectos que interferiram no acervo processual da unidade a partir de sua criação:

- de 14.11.2011 (data de instalação da Unidade) até o mês de novembro de 2012, somente 100 execuções foram iniciadas na Unidade Judiciária;
- nesse mesmo período, somente 16 execuções foram encerradas;
- no mês de dezembro de 2012, foram recebidas 636 execuções, quase em sua totalidade provenientes de redistribuição de processos da 1ª, 2ª e 3ª Varas do Trabalho de Canoas.**

Assim, explica-se a redução de 39,62% no número de execuções iniciadas em 2013 na comparação com 2012, assim como o “crescimento” desse acervo.

A comparação com os dados de 2012, portanto, deve ser vista com reserva.



3.2 FASE DE CONHECIMENTO

3.2.1 Processos pendentes de solução

	2012	2013	Varição 2012-2013	2014 (até mar)	Varição 2013-2014
Pendentes de solução do período anterior	316	993*	214,24%	963	-3,02%
Casos novos	3.454	1.368	-60,39%	350	-74,42%
Sentença Anulada/Reformada	1	3	200,00%	4	33,33%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)	895	1.380	54,19%	292	-78,84%
Processos pendentes de solução	996*	963	-3,31%	999	3,74%



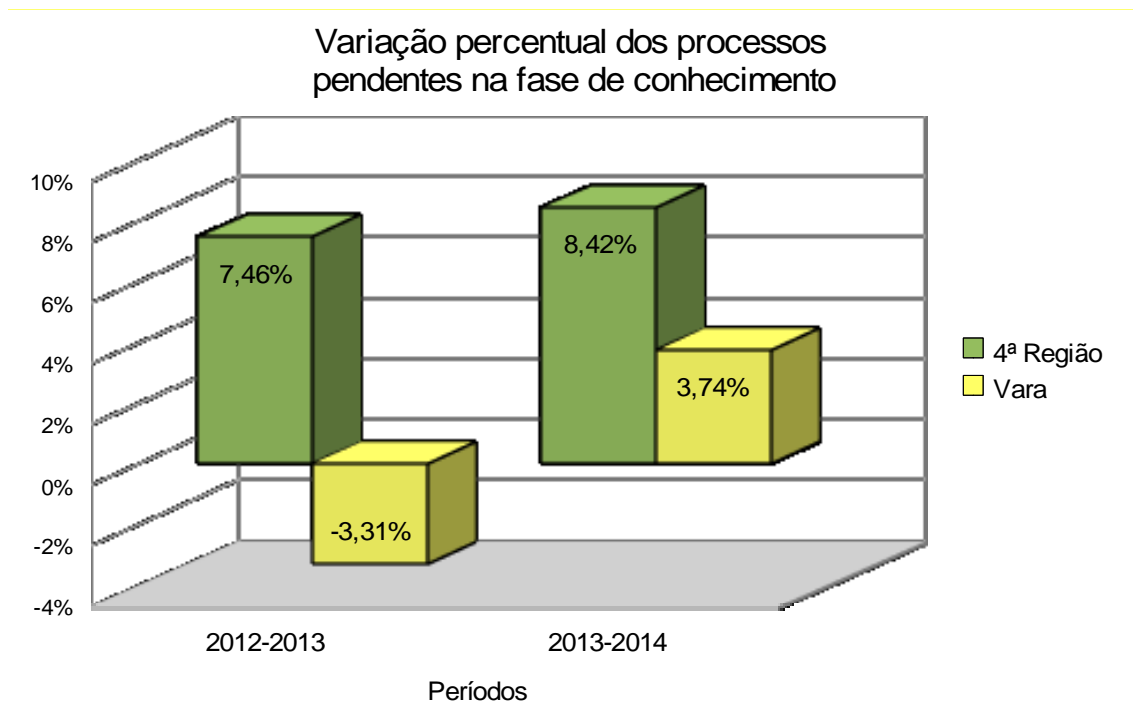
(Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.05.2014)

* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

**A diferença entre os valores apresentados, deve-se à mudança na forma de coleta das informações estatísticas implementadas a partir da utilização do sistema e-Gestão

No ano de 2013, registrou-se redução de 3,31% do estoque de processos pendentes de solução na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 996 para 963 processos). O principal fator dessa redução foi o aumento do número de processos solucionados em 54,19%.

A redução do estoque destoa da tendência verificada em toda a 4ª Região em 2013, onde se registrou aumento do estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em 7,46%.



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes se encontrava aguardando encerramento da instrução processual. Além disso, convém destacar a redução em mais de 16,55% do número de processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade. Especificações no quadro abaixo.

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até mar)	Variação 2013-2014
Aguardando 1ª sessão de audiência	482	193	-59,96%	209	8,29%
Aguardando encerramento da instrução	318	565	77,83%	578	2,30%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	62	93	49,99%	100	7,53%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	134	112	-16,55%	112	0,00%



TOTAL	996	963	-3,31%	999	3,74%
--------------	------------	------------	---------------	------------	--------------

(Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.05.2014)

3.2.2 Taxa de congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de conhecimento					
	2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até mar)	Variação 2013-2014
Canoas – 4ª Vara	76,27%	41,62%	-45,42%	77,83%	86,98%
Média no TRT4 - 1ª Instância	46,94%	41,05%	-12,55%	77,83%	89,60%

(Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.05.2014)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados, em determinado período, em relação ao total pendentes de julgamento. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendente do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

A taxa de congestionamento da fase de conhecimento na Unidade Judiciária foi de 41,62% no ano de 2013, constatando-se uma redução de 45,42% pontos percentuais em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2013, o índice da Unidade foi superior ao congestionamento médio do TRT4 em 0,58 pontos percentuais.

3.2.3 Processos solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2012		2013		2014 (até mar)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	500	55,87	463	33,55	107	36,64
	Julgado procedente	5	0,56	13	0,94	10	3,42
	Julgado procedente em parte	174	19,44	507	36,74	110	37,67
	Julgado improcedente	48	5,36	91	6,59	24	8,22
	Extinto	2	0,22	7	0,51	3	1,03
	Outras decisões	0	0	0	0	0	0
Sem exame de mérito	Extinto	16	1,79	100	7,25	2	0,68
	Arquivamento (art. 844 CLT)	96	10,73	132	9,57	30	10,27
	Desistência	36	4,02	39	2,83	6	2,05
	Outras decisões	18	2,01	28	2,03	0	0
TOTAL		895	100	1.380	100	292	100

(Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.05.2014)

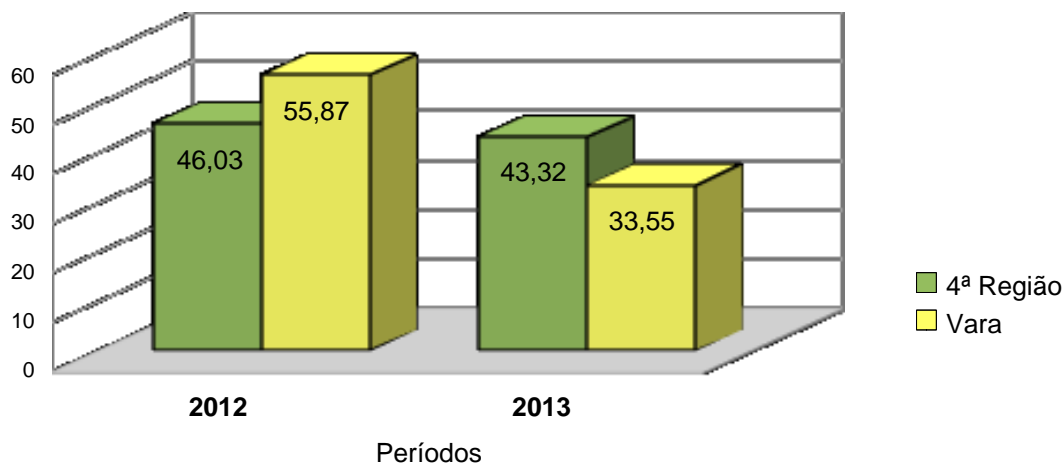


Verificou-se aumento de 485 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2013, na comparação com o ano anterior, o que representa um acréscimo de 54,19%. Esse índice se mostra além da média em toda a 4ª Região que, em 2013, aumentou em 14,94%.

Dentre os tipos de solução, verificou-se incremento no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2012 foram proferidas 229 decisões com resolução de mérito na Unidade. Em 2013, esse número alcançou 618 decisões, representando um aumento de 169,78%. Dessa forma, o desempenho da Unidade nesse quesito é superior ao do TRT4, cujo aumento de decisões com resolução de mérito alcançou 17,29%.

Todavia, a análise do quadro acima demonstra queda do percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2012, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 500, representando 55,87% dos processos solucionados. Já em 2013, o número total de conciliações caiu para 463, correspondendo a 33,55% das soluções na fase de conhecimento, índice inferior ao verificado em toda a 4ª Região, que foi de 43,32%.

Percentual de conciliações nos processos solucionados



3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.3.1 Processos pendentes de liquidação

	2012	2013	Varição 2012-2013	2014 (até mar)	Varição 2013-2014
Pendentes do período anterior	0	192*	-	302	57,29%
Iniciadas	199	402	102,01%	110	-72,64%
Encerradas	6	276	4500,00%	72	-73,91%
Pendentes	193*	302	56,48%	342	13,25%
Arquivo Provisório	0	4	-	4	0,00%

(Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.05.2014)



*A diferença entre os valores apresentados, deve-se à mudança na forma de coleta das informações estatísticas implementadas a partir da utilização do sistema e-Gestão

O número de pendentes na fase de liquidação aumentou 56,48% no ano de 2013. Esse percentual destoa da tendência verificada em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes diminuiu de 27.628 em dezembro de 2012 para 26.044 em dezembro de 2013 (queda de 5,73%).

Um dos principais motivos dessa elevação foi o considerável aumento do número de liquidações iniciadas em 2013 (+102,01%).

3.3.2 Taxa de congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de liquidação*					
	2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até mar)	Variação 2013-2014
Canoas – 4ª Vara	96,98%	53,54%	-44,80%	82,52%	54,15%
Média no TRT4 1ª Instância	36,68%	42,12%	14,84%	75,59%	79,46%

(Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.05.2014)

* Taxa de congestionamento = $1 - \frac{\text{número liquidações encerradas}}{\text{resíduo anterior} + \text{liquidações iniciadas}}$

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 53,54% no ano de 2013, constatando-se uma redução de 44,80 pontos percentuais em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2013, o índice da Unidade foi superior ao congestionamento médio do TRT4 em 11,41 pontos percentuais.

3.4 FASE DE EXECUÇÃO

3.4.1 Processos pendentes na fase de execução

		2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até mar)	Variação 2013-2014
Pendentes do período anterior (com execuções previdenciárias)		3	717	23.800%	847	18,13%
Entrada	Iniciadas	737	445	-39,62%	97	-78,20%
Saídas	Encerradas	17	235	1.282,35%	10	-95,74%
	Arquivadas Provisoriamente	0	86	#DIV/0!	12	-86,05%
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	19	30	57,89%	31	3,33%
	Demais	698	817	17,05%	893	9,30%
Saldo no arquivo Provisório		0	82	-	91	10,98%

(Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.05.2014)

Em 2013, a 4ª Vara do Trabalho de Canoas aumentou em 1.282,35% o número de execuções encerradas em relação ao ano de 2012. A comparação



com ano de 2012, contudo, como já afirmado acima, deve ser vista com reserva diante da redistribuição de processos provenientes das varas preexistentes do foro em fase de execução em dezembro de 2012. A situação peculiar explica a redução de 39,62% no número de execuções iniciadas em 2013 na comparação com 2012.

Em face disso, o estoque de execuções pendentes no final de 2013 cresceu em 130, o que corresponde a um aumento 18,13% em relação ao saldo do ano anterior. Esse índice destoa daquele alcançado em toda a 4ª Região (queda de 4,31%).

3.4.2 Taxa de congestionamento

Taxa de congestionamento – fase de execução (sem arquivo provisório) *					
	2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até mar)	Variação 2013-2014
Canoas – 4ª Vara	97,70%	79,78%	-18,35%	98,94%	24,02%
Média no TRT4 1ª Instância	74,90%	69,60%	-7,07%	95,43%	37,11%

(Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.05.2014)

* Taxa de congestionamento = 1- [número execuções encerradas/ (resíduo anterior+execuções iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 79,78% no ano de 2013, constatando-se uma redução de 18,35 pontos percentuais em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2013, o índice da Unidade foi superior ao congestionamento médio do TRT4 em 10,18 pontos percentuais.

Taxa de congestionamento – fase de execução* (com arquivo provisório)					
	2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até mar)	Variação 2013-2014
Canoas – 4ª Vara	97,70%	81,11%	-16,98%	97,86%	20,65%
Média no TRT4 1ª Instância	82,35%	81,00%	-1,64%	95,43%	17,81%

(Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.05.2014)

Todavia, com a inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo, a taxa de congestionamento da 4ª Vara do Trabalho de Canoas, na fase de execução, ficou em 81,11% no ano de 2013, constatando-se uma redução de 16,98 pontos percentuais em relação do índice do ano anterior. Além disso, na comparação com o índice da 4ª Região em 2013, a taxa de congestionamento da Unidade é 0,11% maior, o que demonstra menor efetividade na execução do que aquela verificada em todo TRT4.



3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até mar)	Variação 2013-2014
Processos com inclusão de devedor no BNDT	26	233	796,15%	45	-80,69%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	0	20	-	2	-90,00%
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	26	230	784,62%	269	16,96%

(Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.05.2014)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 4ª Vara do Trabalho de Canoas, foi realizado cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente em 2012 e 2013 com a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT. Dessa consulta constatou-se **não haver** processos com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT.

3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2012			2013			2014 (até mar)		
	Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes
Embargos de declaração	58	23	73	58	23	73	58	23	73
Antecipações de tutela	37	41	94	37	41	94	37	41	94
Impugnações à sentença de liquidação	3	2	13	3	2	13	3	2	13
Embargos à execução	12	10	48	12	10	48	12	10	48
Embargos à arrematação	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Embargos à adjudicação	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Exceções de pré-executividade	1	0	6	1	0	6	1	0	6



(Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.05.2014)

Analisando-se os dados do quadro acima, constata-se aumento do número de incidentes processuais recebidos e julgados, em 2013. Os incidentes com maior índice de aumento em relação a 2012 foram as antecipações de tutela recebidas (742,86%) e os embargos de declaração opostos (69,32%). Destaca-se a queda no número de embargos à execução e de impugnações à sentença de liquidação de sentenças pendentes em 2013, em relação ao ano anterior.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontamentos, a título de amostragem, no quadro abaixo.

01	0000398-27.2013.5.04.0204
Em 13.05.2013, foram opostos embargos de declaração pelo reclamante. Em 15.05.2013, os autos foram conclusos para decisão. Em 24.05.2013, foi proferida decisão que recebeu o incidente processual como mera petição. Não há registro do andamento que registra essa decisão nos embargos de declaração.	
02	0180100-48.2004.5.04.0203
Em 25.02.2013, foi expedida notificação para ciência de cálculos de liquidação à reclamada. Em 13.03.2013, foi registrado protocolo de petição de impugnação à sentença de liquidação apresentada pela reclamada. Não há registro de conclusão dos autos para apreciação da impugnação a sentença de liquidação referida.	
03	0121700-88.1997.5.04.0202
Em 24.03.2013, foi registrado protocolo de petição de exceção de pré-executividade apresentada pelo reclamante. Não há registro de conclusão dos autos para apreciação do incidente referido.	

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

3.6 TAXA DE RECORRIBILIDADE

3.6.1 Recorribilidade externa

Recorribilidade para instância superior					
	2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até mar)	Variação 2013-2014
Fase de Conhecimento	68,06%	78,82%	15,81%	86,58%	9,84%
Fase de execução	-	109,52%	-	70,00%	-36,09%

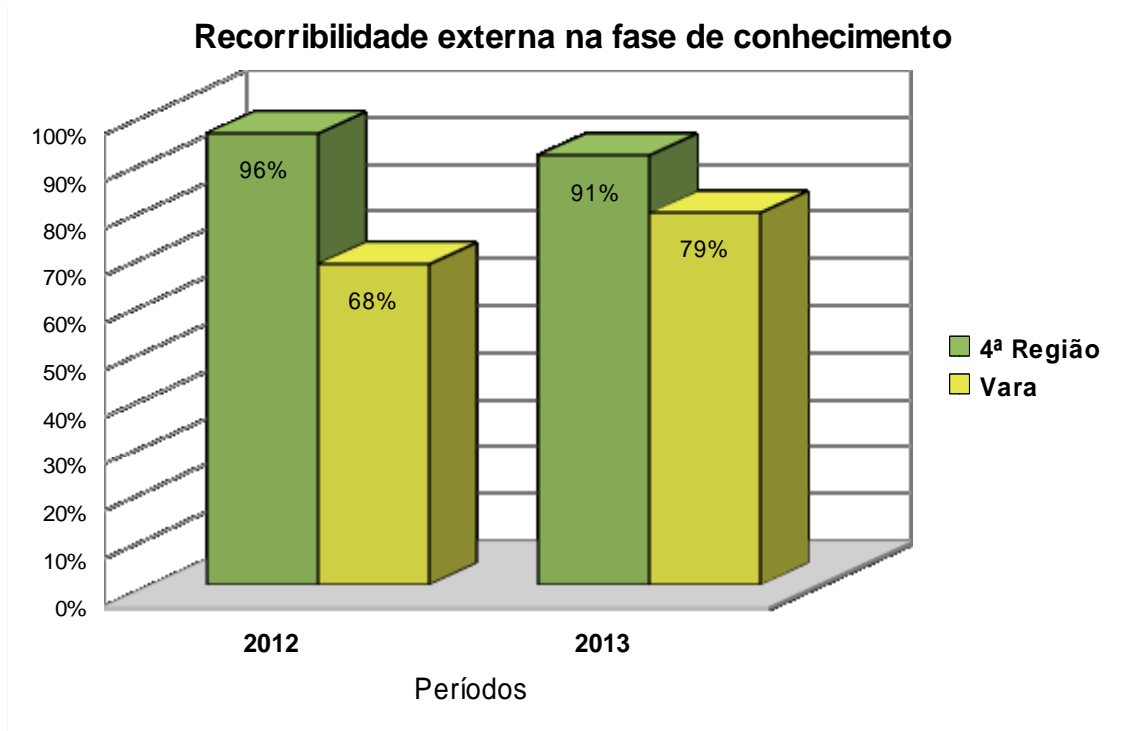
(Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.05.2014)

Recorribilidade externa – fase de conhecimento = Recursos ordinários interpostos / número de sentenças (todas as ações encerradas por sentença, excluídas aquelas encerradas por acordo, desistência e arquivamento).

Recorribilidade externa – fase de execução = Agravos de petição interpostos / número de decisões em embargos à execução.



No ano de 2013, a taxa de recorribilidade para instância superior na fase de conhecimento foi de 78,82%, a qual se mostrou 15,81% maior do que aquela registrada no ano anterior. Por outro lado, a taxa verificada na Unidade Judiciária foi inferior ao índice da 4ª Região em 12,16% em 2013, como aponta o gráfico abaixo.



Por outro lado, a taxa de recorribilidade para instância superior na fase de execução foi de 109,52% no ano de 2013, índice um pouco superior ao da 4ª Região, em que registrado uma taxa de 104,66%.

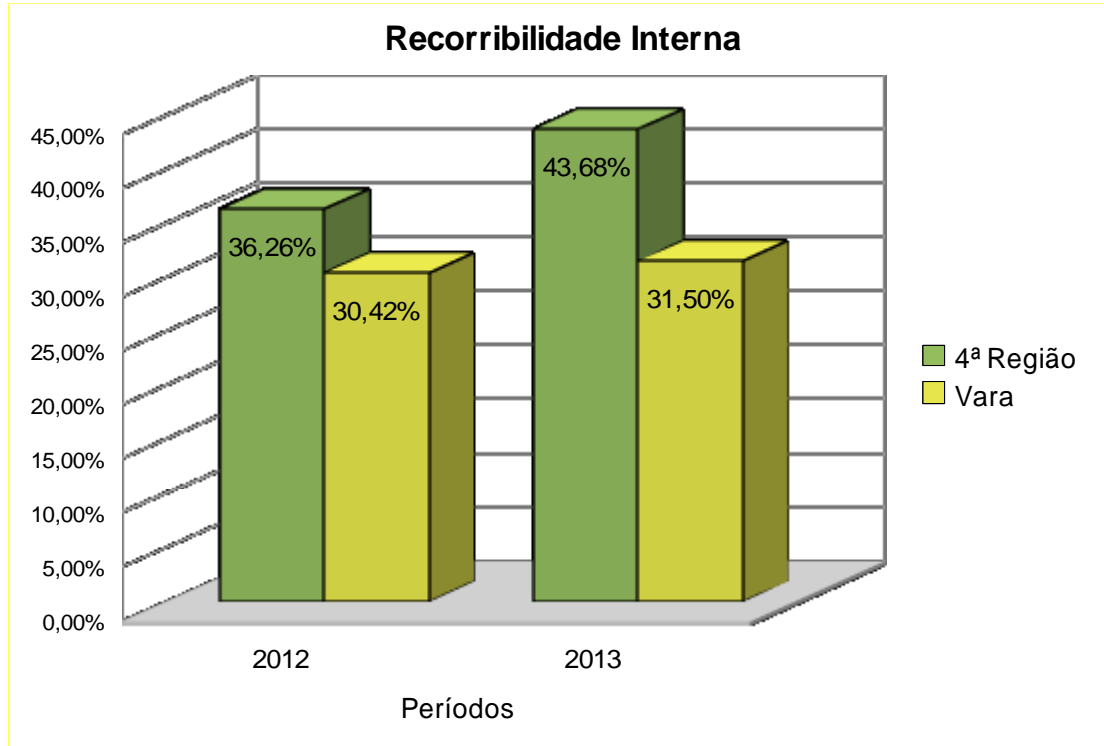
3.6.2 Recorribilidade interna

Recorribilidade interna					
	2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até mar)	Variação 2013-2014
Fase de conhecimento	30,42%	31,50%	3,56%	38,93%	23,57%

(Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.05.2014)

Recorribilidade interna = Embargos de declaração opostos / número de sentenças (todas as ações encerradas por sentença, excluídas aquelas encerradas por acordo, desistência e arquivamento)

No ano de 2013, a taxa de recorribilidade para a própria instância na fase de conhecimento foi de 31,50%, a qual se mostrou 3,56% maior do que aquela registrada no ano anterior. No entanto, a taxa verificada na Unidade Judiciária foi inferior ao que o índice da 4ª Região em 2013 em 12,18%, como aponta o gráfico abaixo.



4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

A análise dos prazos médios de tramitação da 4ª Vara do Trabalho de Canoas deve ser realizada com reserva, levando-se em conta que se trata de Unidade Judiciária cuja data de instalação é recente. Portanto, a grande variação dos prazos médios de 2012 para 2013, bem como a comparação com os resultados da 4ª Região, não devem ser supervalorizados.

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

		Prazos médios (em dias)				
		2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até mar)	Variação 2013-2014
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Sumaríssimo	79,48	138,19	73,87%	120,05	-13,13%
	Ordinário	123,37	272,94	121,23%	291,64	6,85%
	Total	112,79	254,8	125,91%	269,74	5,86%

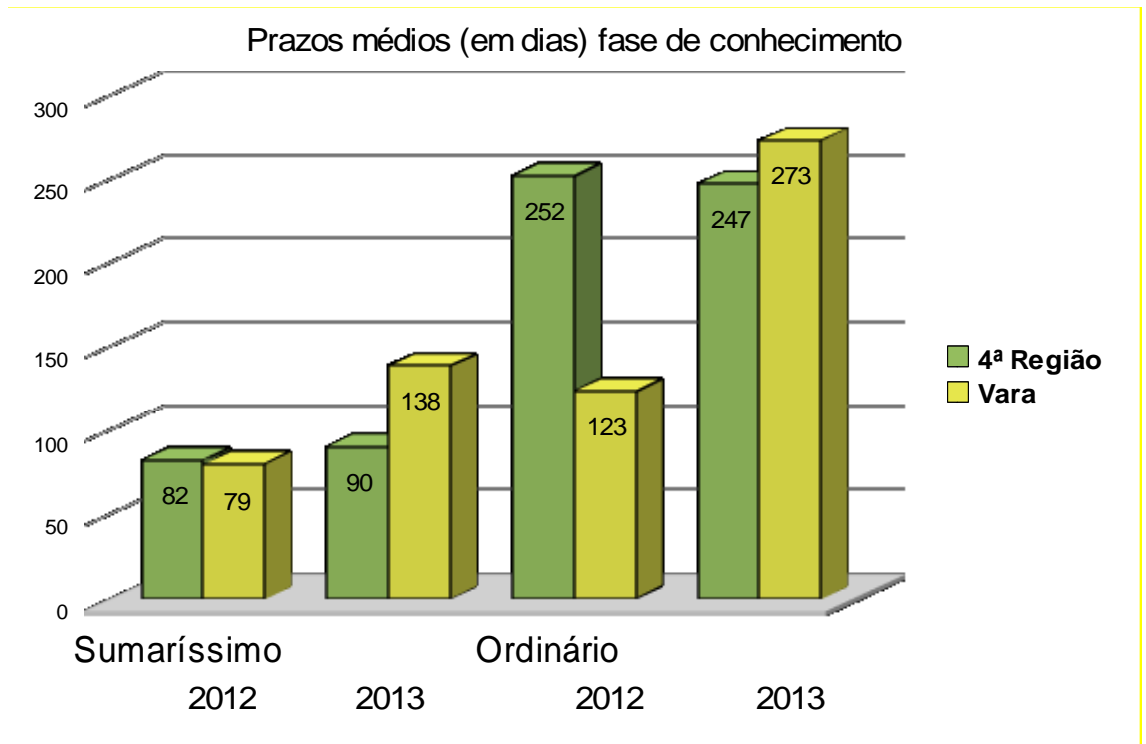
(Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.05.2014)

No ano de 2013, os prazos médios de tramitação processual na fase de conhecimento registraram aumento na Unidade Judiciária. No rito sumaríssimo, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação de sentença alcançou, em 2013, 138,19 dias, que equivale a um aumento de 73,87% em relação à média do ano anterior. Da mesma forma, o prazo do rito ordinário registrou prazo de 272,94 dias, média 121,23% mais morosa na comparação com 2012.



O aumento, como já salientado acima, representa dado estatístico isolado que não pode ser acatado de forma pacífica diante das peculiaridades relativas ao acervo processual da vara a partir do momento de sua instalação.

De toda a forma, conforme apontado no gráfico abaixo, o lapso de tramitação processual na fase de conhecimento na Unidade Judiciária é elevado, tendo em vista os números de toda a 4ª Região. O prazo médio da Unidade, em 2013, foi 48,32 e 25,70 dias mais moroso que a média de todas as Unidades do TRT4 nos ritos sumaríssimo e ordinário, respectivamente. Especificações no gráfico abaixo.



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2012	2013	Varição 2012-2013	2014 (até mar)	Varição 2013-2014
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	74	168,86	128,18%	167,62	-0,73%
	Ordinário	72,5	154,46	113,05%	222,44	44,01%
	Total	73	156,4	114,25%	216,17	38,22%

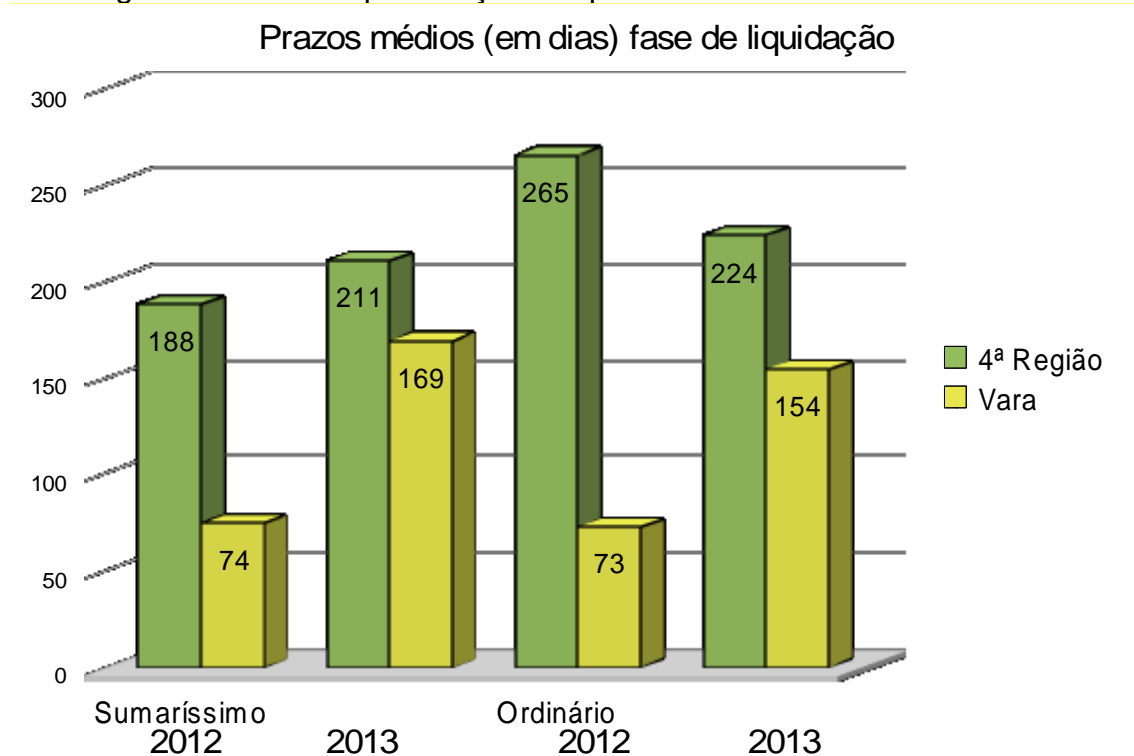
(Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.05.2014)

No rito sumaríssimo, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação foi de 168,86 dias em 2013, que equivale a um aumento de 128,18% em relação à média do ano anterior. No rito ordinário, igualmente, o prazo médio alcançou 154,46 dias, 113,05% mais moroso na comparação com 2012. O acréscimo, como já mencionado acima, não pode



ser tomado de forma pacífica diante das peculiaridades relativas ao acervo processual da vara a partir do momento de sua instalação.

Apesar do aumento, o lapso de tramitação processual na fase de liquidação na Unidade Judiciária foi mais célere do que o desempenho de toda a 4ª Região em 2013. Especificação no quadro abaixo



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

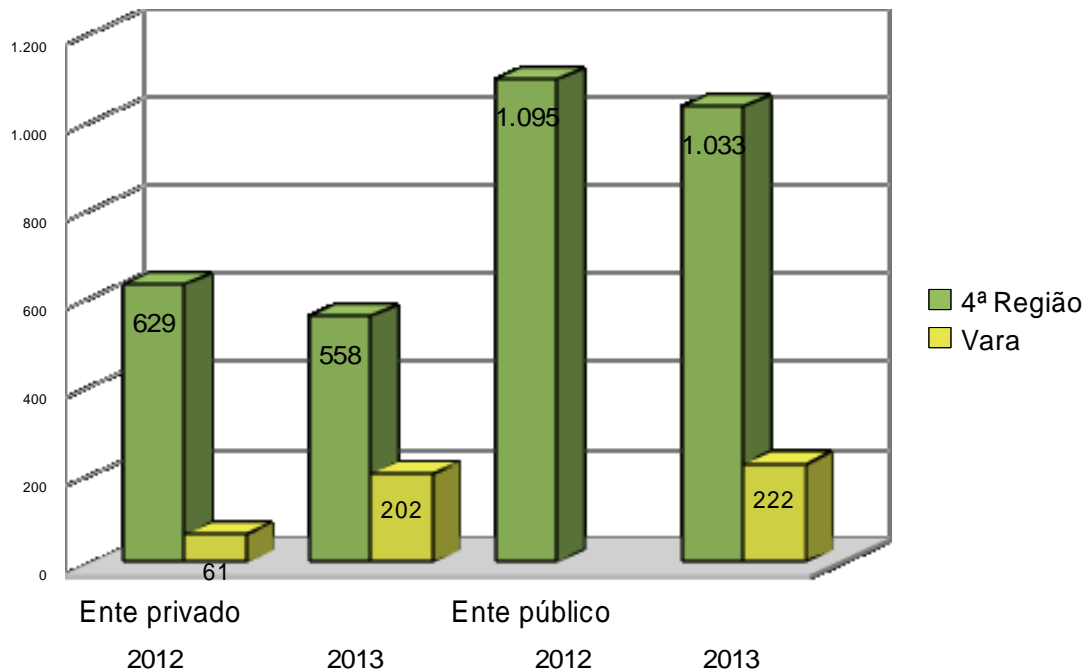
Prazos médios (em dias)						
		2012	2013	Varição 2012-2013	2014 (até mar)	Varição 2013-2014
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	60,58	201,61	232,78%	263,40	30,65%
	Ente público	-	222,40	-	431,00	93,80%
	Total	60,58	202,9	234,92%	278,64	37,33%

(Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.05.2014)

Em 2013, o prazo médio de tramitação foi de 202,9 dias. Entretanto, na comparação com os dados de toda a 4ª Região em 2013, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que, nos processos em que o executado é ente privado, os prazos médios de tramitação foram 356,25 dias mais céleres do que a média da 4ª Região. Da mesma forma, quando o executado é ente público, o prazo médio de tramitação na 4ª Vara do Trabalho de Canoas foi 811,02% mais ágil do que a média em todo o TRT4.



Prazo médio (em dias) fase execução



5 METAS

5.1 Metas do CNJ – Anos anteriores a 2013

5.1.1 Meta 2 - 2009: “Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005”.

META 2/2009 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2005 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

5.1.2. Meta 2 – 2010: “Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31.12.2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31.12.2007”.

META 2/2010 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2007 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida



5.1.3 - Meta 2 – 2012: “Julgar, até 31.12.2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008”.

META 2/2012 CNJ			
Distribuídos em 2008	Processos ajuizados em 2008 e já solucionados	%	Resultado
131*	130	99,24%	Meta cumprida

*Apesar de a Unidade ter sido instalada somente em 14.11.2011, há processos redistribuídos cujo ano de autuação foi 2008.

5.2 Metas do CNJ – Ano de 2013

5.2.1 Meta 1: “Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013”.

META 1/2013 CNJ			
Distribuídos em 2013	Solucionados em 2013	%	Resultado
1.368	1.380	100,88%	Meta cumprida

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2013 pelo menos 80% dos processos distribuídos, em 2009, na Justiça do Trabalho”.

META 2/2013 CNJ			
Distribuídos em 2009	Processos ajuizados em 2009 e já solucionados	%	Resultado
303	302	99,67%	Meta cumprida

*Apesar de a Unidade ter sido instalada somente em 14.11.2011, há processos redistribuídos cujo ano de autuação foi 2009.

5.2.3. Meta 13: “Aumentar em 15% (quinze por cento) o quantitativo de execuções encerradas em relação a 2011”.

META 13/2013 CNJ			
Execuções encerradas em 2011	Execuções encerradas em 2013	%	Resultado
Meta não aplicável: Unidade não possuía execuções encerradas no ano de 2011			

5.3 Metas do CNJ – Ano de 2014

5.3.1. Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014.”



META 1/2014 CNJ			
Distribuídos até 31.01.2014	Solucionados até 31.01.2014	%	Resultado
350	292	83,43%	Meta ainda não cumprida

5.3.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2014, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012”.

META 2/2014 CNJ			
Distribuídos em 2011	Solucionados em 2011	%	Resultado
331	327	98,79%	Meta já cumprida
Distribuídos em 2012	Solucionados em 2012	%	
1.948	1.859	95,43%	

5.3.3 Meta 5: “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.

Questionário para cálculo da Meta			
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor (até mar/2014)
P5.1	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	0
P5.2	Número total de processos em fase de execução fiscal não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	2
P5.3	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	78
P5.4	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	24
P5.5	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2012	Única	11
P5.6	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2012	Única	0
P5.7	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	419
P5.8	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	2
P5.9	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2013	Única	80
P5.10	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2013	Única	1
P5.11	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	26



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

P5.12	Número total de processos em fase de execução fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	0
P5.13	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	9
P5.14	Número total de processos em fase de execução fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	0
P5.15	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	2
P5.16	Número total de processos em fase execução fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	0
P5.17	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	1
P5.18	Número total de processos em fase de execução fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	0

Percentual de redução - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal =

$$- \left(\frac{1 - (\sum P5.13 / (\sum P5.11 + (P5.1 + P5.3 - P5.5 + P5.7 - P5.9 + \sum P5.15 - \sum P5.17)))}{1 - (P5.5 / (P5.3 + P5.1))} + \frac{(1 - (P5.9 / (P5.7 + P5.1 + P5.3 - P5.5))) / 2}{1 - (P5.5 / (P5.3 + P5.1))} \right) \times 100$$

Percentual de redução - Execução Fiscal =

$$- \left(\frac{1 - (\sum P5.14 / (\sum P5.12 + (P5.2 + P5.4 - P5.6 + P5.8 - P5.10 + \sum P5.16 - \sum P5.18)))}{1 - (P5.6 / (P5.4 + P5.2))} + \frac{(1 - (P5.10 / (P5.8 + P5.2 + P5.4 - P5.6))) / 2}{1 - (P5.6 / (P5.4 + P5.2))} \right) \times 100$$

META 2/2014 CNJ - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal	
Percentual	Resultado parcial (até março)
-15,58	Meta cumprida
META 2/2014 CNJ - Execução Fiscal	
Percentual	Resultado parcial (até março)
-1,82	Meta cumprida

5.3.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2014 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2011, no primeiro grau, e até 31.12.2012, no segundo grau”.

META 6/2014 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução	Resultado
0	Meta já cumprida

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às segundas-feiras pela tarde e às terças, quartas e quintas-feiras pela manhã e à tarde. As segundas-feiras pela manhã são reservadas para designação de pautas extras. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	5(I)	6 (I)	6 (I)	-



		2 (U) ou 1 (U) + 1 CPI 4 (P)	1 (U) ou CPI 4 (P)	1 (U) ou CPI 4 (P)	
Tarde	-	-	-	-	-

(Fonte: Informação da Secretária de Audiências em 13/05/2014)

J2	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	-		-	-
Tarde	5/6 (I) 1 (U)/CPI 3 (P)	5/6 (I) 1 (U)/CPI 3 (P)	5/6 (I) 1 (U)/CPI 3 (P)	5/6 (I) 1 (U)/CPI 3 (P)	-

(Fonte: Informação da Secretária de Audiências em 13.05.2014)

Legenda:

- I – Audiências iniciais de rito ordinário
- U – Audiências unas de rito sumaríssimo
- P – Audiências de prosseguimento
- CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias
- E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última data marcada		Próxima data livre	
	J1	J2	J1	J2
Inicial	24.06	15.07	10.06	10.06
Una Sumaríssimo	26.06 (adiamento)	15.07	10.06	27.05
Instrução	17.09 (simples) 18.11 (complexo)	16.09 (simples) 28.01.15 (complexo)	26.06 (simples) 29.10 (complexo)	09.09 (simples) 29.01.15 (complexo)
Tentativa de acordo em execução	-	-	-	-

Dra. Aline (J2) estará em férias de 12.06.2014 a 11.07.2014

(Fonte: Informação das Secretárias de Audiência em 13. 05.2014)

6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
		2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até mar)	Variação 2013-2014
Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Sumaríssimo	69,93	77,28	10,51%	76,21	-1,38%
	Ordinário	77,43	82,86	7,01%	65,45	-21,01%
	Total	76,37	82,26	7,71%	66,87	-18,71%



(Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.05.2014)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo teve seu prazo médio estendido de 69,93 dias, em 2012, para 77,28 dias, em 2013. Da mesma forma, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário, subiu de 77,43, em 2012, para 82,86 dias, em 2013.

É oportuno esclarecer que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção.

6.4 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS DE ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até mar)	Variação 2013-2014
Da realização da 1ª audiência até o encerramento da instrução	Sumaríssimo	22,53	35,71	58,47%	12,23	-65,76%
	Ordinário	85,4	163,76	91,77%	133,50	-18,48%
	Total	71,96	147,84	105,45%	112,10	-24,17%

(Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.05.2014)

As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo, quando necessário, tiveram o prazo elevado de 22,53 dias, em 2012, para 35,71 dias, em 2013 (+58,47%). Igualmente, no rito ordinário houve majoração da média de 85,4 dias em 2012, para 163,76 dias, em 2013 (+91,77%).

Novamente, no tópico, há que se ressaltar que os prazos para prosseguimento averiguados no momento da inspeção correcional são, de fato, mais exíguos do que aqueles que resultam da apuração do sistema e-Gestão.

6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz (a)	Audiências Realizadas (Jan/2013 a Mar/2014)				Total
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	
Aline Veiga Borges	760	467	79	3	1309
Ana Paula Keppeler Fraga	42	13	7	0	62
Carolina Santos Costa de Moraes	0	0	1	0	1
Ingrid Loureiro Irion	706	541	125	28	1400
Márcio Lima do Amaral	1	0	0	0	1
Raquel Gonçalves Seara	33	14	4	0	51



Simone Oliveira Paese	1	0	0	0	1
Tatyanna Barbosa Santos Kirchheim	1	0	0	0	1
Thiago Boldt de Souza	35	19	3	0	57
(Juiz Não Identificado)	407	3	55	0	465

6.6 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

6.7 PROCESSOS SOLUCIONADOS

Solucionados por Magistrado (Jan/2013)						
Magistrado (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conci- liações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Aline Doral Stefani Fagundes	-	0	0	0	1	1
Aline Veiga Borges	241	263	3	507	139	646
Ana Paula Keppeler Fraga	12	6	0	18	4	22
André Sessim Parisenti	-	3	0	3	-	3
Bárbara Schönhofen Garcia	-	1	0	1	-	1
Bernardo Guimarães Fernandes da Rocha	-	2	0	2	-	2
Carolina Toaldo Duarte da Silva Firpo	-	12	0	12	-	12
César Zucatti Pritsch	-	4	0	4	-	4
Cristina Bastiani	-	1	0	1	-	1
Edenir Barbosa Domingos	-	1	0	1	-	1
Eduardo Batista Vargas	-	1	0	1	-	1
Eduardo Vianna Xavier	-	1	0	1	-	1
Fernanda Guedes Pinto Cranston Woodhead	-	14	0	14	-	14
Glória Mariana da Silva Mota	-	4	0	4	-	4
Ingrid Loureiro Irion	258	313	5	576	130	706
Leandro Krebs Gonçalves	-	1	0	1	1	2
Ligia Maria Fialho Belmonte	-	2	0	2	-	2
Luciano Moraes Silva	-	1	0	1	-	1
Luísa Rumi Steinbruch	-	4	0	4	-	4
Luís Fernando da Costa Bressan	-	13	0	13	-	13
Luiz Fernando Bonn Henzel	-	1	0	1	1	2
Marcello Dibi Ercolani	-	3	0	3	-	3
Mariana Roehe Flores Arancibia	-	1	0	1	-	1
Maurício Joel Zanotelli	-	2	0	2	-	2
Raquel Gonçalves Seara	8	7	0	15	1	16
Raquel Hochmann de Freitas	-	2	0	2	-	2
Roberto Teixeira Siegmann	-	58	1	59	-	59
Rodrigo de Almeida Tonon	-	1	0	1	-	1
Thiago Boldt De Souza	10	13	0	23	-	23



Victor Pedroti Moraes	-	1	1	2	1	3
(Juiz Não Identificado)	41	4	0	45	59	104

6.8 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS

Magistrada Aline Veiga Borges		
0000498-79.2013.5.04.0204	0000583-65.2013.5.04.0204	0000607-93.2013.5.04.0204
0000433-84.2013.5.04.0204	0000607-93.2013.5.04.0204	0000002-50.2013.5.04.0204
0001771-70.2011.5.04.0202	0000663-29.2013.5.04.0204	0020143-90.2013.5.04.0204
0020526-68.2013.5.04.0204	0020589-93.2013.5.04.0204	0020087-57.2013.5.04.0204
0020453-96.2013.5.04.0204	0020107-48.2013.5.04.0204	0020078-95.2013.5.04.0204
0020048-60.2013.5.04.0204	0020120-13.2014.5.04.0204	0020041-71.2013.5.04.0203
Total de processos: 18 processos		
Magistrada Ingrid Loureiro Irion		
0046000-91.2006.5.04.0202	0000728-24.2013.5.04.0204	0002393-12.2012.5.04.0204
0230500-93.2009.5.04.0202	0000443-31.2013.5.04.0204	0001998-20.2012.5.04.0204
0100900-16.2009.5.04.0203	0001827-63.2012.5.04.0204	0001881-29.2012.5.04.0204
0000914-81.2012.5.04.0204	0002012-04.2012.5.04.0204	0153700-27.2009.5.04.0201
0001821-56.2012.5.04.0204	0002012-04.2012.5.04.0204	0000033-70.2013.5.04.0204
0002294-42.2012.5.04.0204	0002413-03.2012.5.04.0204	0001381-60.2012.5.04.0204
0000852-07.2013.5.04.0204	0002324-77.2012.5.04.0204	0002387-05.2012.5.04.0204
0000620-92.2013.5.04.0204	0002154-08.2012.5.04.0204	0002430-39.2012.5.04.0204
0000847-82.2013.5.04.0204	0002423-47.2012.5.04.0204	0000148-62.2011.5.04.0204
0000999-33.2013.5.04.0204	0000297-58.2011.5.04.0204	0000246-76.2013.5.04.0204
0000453-75.2013.5.04.0204	0000734-31.2013.5.04.0204	0000430-32.2013.5.04.0204
0000736-98.2013.5.04.0204	0000490-05.2013.5.04.0204	0000622-96.2012.5.04.0204
0000783-72.2013.5.04.0204	0002063-15.2012.5.04.0204	0002192-20.2012.5.04.0204
0000483-13.2013.5.04.0204	0000514-33.2013.5.04.0204	0000533-39.2013.5.04.0204
0000774-13.2013.5.04.0204	0000496-12.2013.5.04.0204	0000549-90.2013.5.04.0204
0000491-24.2012.5.04.0204	000500-93.2009.5.04.0202	0000890-19.2013.5.04.0204
0000025-93.2013.5.04.0204	0000167-97.2013.5.04.0204	0000027-63.2013.5.04.0204
0001764-38.2012.5.04.0204	0000635-98.2012.5.04.0203	0002037-17.2012.5.04.0204
0002440-83.2012.5.04.0204	0000038-92.2013.5.04.0204	0002057-08.2012.5.04.0204
0002233-84.2012.5.04.0204	0000189-58.2013.5.04.0204	0000413-93.2013.5.04.0204
0001903-87.2012.5.04.0204	0000037-10.2013.5.04.0204	0000162-75.2013.5.04.0204
0000204-27.2013.5.04.0204	0000478-91.2013.5.04.0203	0001037-79.2012.5.04.0204
0002282-28.2012.5.04.0204	0002080-51.2012.5.04.0204	0000288-28.2013.5.04.0204
0000296-05.2013.5.04.0204	0001689-96.2012.5.04.0204	0002171-44.2012.5.04.0204
0002234-69.2012.5.04.0204	0000309-04.2013.5.04.0204	0000335-02.2013.5.04.0204



0000412-11.2013.5.04.0204	0000484-95.2013.5.04.0204	0000381-88.2013.5.04.0204
0000422-55.2013.5.04.0204	0000107-27.2013.5.04.0204	0001989-58.2012.5.04.0204
0002098-72.2012.5.04.0204	0000447-68.2013.5.04.0204	0000416-48.2013.5.04.0204
0000653-82.2013.5.04.0204	0000471-96.2013.5.04.0204	0020376-05.2013.5.04.0204
0020376-06.2013.5.04.0204	0020636-15.2013.5.04.0204	0020038-18. 2013.5.04.0204
00200308-40.2013.5.04.0204	0020314-47.2013.5.04.0204	0020366-58. 2013.5.04.0204
0020366-43.2013.5.04.0204	0020357-81.2013.5.04.0402	0020106-632013.5.04.0204
0020473-87.2013.5.04.0204	0020308-40-2013.5.04.0204	0020314-47. 2013.5.04.0204
0020365-68.2013.5.04.0204	0020366-43.2013.5.04.0204	0020357-812013.5.04.0204.
0020106-63.2013.5.04.0204	-	-
Total: 103 processos		

7 ROTINAS DE SECRETARIA

A Diretora de Secretaria mencionou como ponto preocupante a grande rotatividade de servidores na Vara (atualmente o quadro possui 5 servidores com mais experiência e os demais são todos novos) o que dificulta a composição de uma equipe equânime para a elaboração das tarefas. Os funcionários são treinados e quando começam a ganhar desenvoltura deixam a Unidade.

A sistemática de trabalho da Secretaria é por tarefa, tanto nos processos físicos como no Pje. O atendimento de balcão é feito através de rodízio, a cada hora.

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES

Na data da visita correcional havia 69 notificações para expedir, sendo a mais antiga de 07 de maio.

7.2 EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS

Não se verificaram pendências.

7.3 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS

Na data da inspeção correcional, havia 47 mandados por expedir, sendo o mais antigo de 30 de abril. O servidor responsável pela tarefa havia retornado de férias no dia anterior.

7.4 EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS

Havia 07 ofícios para expedir sendo o mais antigo de 07 de maio.



7.5 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Há controle em separado dos processos na fase de execução com depósito pendente de liberação. Não havia pendências na data da visita correcional.

7.6 EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIOS E RPV'S

Havia duas RPV's por expedir.

7.7 JUNTADA DE PETIÇÕES

A juntada de petições é feita diariamente e não havia pendências na data da visita correcional.

7.8 DESPACHOS DE PROTOCOLO

Estava sendo despachado o protocolo de 07 de maio.

7.9 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

A certificação de prazo está sendo efetuada em mutirão. Na data da visita correcional estava sendo certificado o prazo de fevereiro de 2014.

7.10 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Havia oito processos pendentes de revisão e encaminhamento ao TRT4. A remessa é feita duas vezes por semana.

7.11 CONVÊNIOS

A Vara utiliza os convênios regularmente.

7.12 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Na data da inspeção correcional havia pendências.

7.13 EXAME DOS LIVROS

7.13.1 Advogados – Cargas vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000913-96.2012.5.04.0204	10.12.2013	4 meses e 28 dias
2	0117100-07.2009.5.04.0201	24.02.2014	2 meses e 14 dias
3	0000369-30.2011.5.04.0015	10.03.2014	1 mês e 28 dias
4	0000117-11.2012.5.04.0203	11.03.2014	1 mês e 27 dias
5	0000427-88.2010.5.04.0202	17.03.2014	1 mês e 21 dias



6	0001461-95.2010.5.04.0203	1º. 04.2014	1 mês e 7 dias
7	0001990-86.2011.5.04.0201	02.04.2014	1 mês e 6 dias
8	0097600-46.2009.5.04.0203	04.04.2014	1 mês e 4 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 07.05.2014)

7.13.2 Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000828-84.2010.5.04.0203	16.04.2014	22 dias
2	0035000-65.2004.5.04.0202	22.04.2014	16 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 07.05.2014)

7.13.3 Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias

	Carga OJ	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução do Mandado
1	204-00036/14	0000064-54.2012.5.04.0292	07.02.2014	3 meses e 1 dia
2	204-00042/14	0000862-85.2012.5.04.0204	24.03.2014	1 mês e 14 dias
3	204-00045/14	0001579-74.2010.5.04.0202	24.03.2014	1 mês e 14 dias
4	204-00047/14	0001877-35.2011.5.04.0201	24.03.2014	1 mês e 14 dias
5	204-00048/14	0001460-13.2010.5.04.0203	24.03.2014	1 mês e 14 dias
6	204-00051/14	0000014-04.2012.5.04.0203	24.03.2014	1 mês e 14 dias
7	204-00055/14	0000973-69.2012.5.04.0204	07.04.2014	1 mês e 1 dia
8	204-00062/14	0084000-13.1999.5.04.0201	15.04.2014	23 dias
9	204-00071/14	0000521-25.2013.5.04.0204	22.04.2014	16 dias
10	204-00073/14	0000837-72.2012.5.04.0204	22.04.2014	16 dias
11	204-00074/14	0000390-50.2013.5.04.0204	14.04.2014	24 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 07.05.2014)

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para a análise realizada nos itens seguintes, extraiu-se do sistema inFOR, em 23.04.2014, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou 2.218 processos. O item 9.1 compõe-se de 20 autos físicos, sorteados entre os constantes nessa lista. O item 9.2 verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados no inFOR pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	0047400-69.2008.5.04.0203
Aspectos gerais dos autos*: Nada a apontar. Movimentação processual: Nada a apontar.	



2	0209200-12.2008.5.04.0202
Aspectos gerais dos autos*: Ausência do carimbo “em branco” no verso da fl. 923/verso. A petição das fls. 934-934 não foi protocolada. Movimentação processual: A petição da fl. 929 foi protocolada em 26.02.2013, mas foi juntada aos autos em 06.03.2013.	
3	0193000-90.2009.5.04.0202
Aspectos gerais dos autos*: O termo de juntada da fl. 1.179/verso, não tem data. Ausência do carimbo “em branco” no verso da fl. 1.180. Movimentação processual: Nada a apontar. Principal Entrave. Instrução. A ação foi ajuizada em 17.09.2009 e a liquidação provisória iniciou apenas em 24.04.2004.	
4	0128600-19.1999.5.04.0202
Aspectos gerais dos autos*: Nada a apontar. Movimentação processual: Nada a apontar. Principal Entrave. Instrução: A ação foi ajuizada em 31.08.1999, mas a decisão apenas transitou em julgado em 08.06.2011.	
5	0116200-92.2007.5.04.0201
Aspectos gerais dos autos*: Nada a apontar. Movimentação processual: Foi expedido ofício em 10.10.2013 solicitando informações sobre pagamentos realizados ao exequente em outro processo, mas os autos foram novamente conclusos apenas em 25.04.2014.	
6	0242100-14.2009.5.04.0202
Aspectos gerais dos autos*: Ausência do carimbo “em branco” no verso da fl. 422. Movimentação processual: O ofício da fl. 418 foi juntado aos autos em 05.04.2013, mas os autos foram à conclusão em 09.05.2013. O ofício da fl. 427 foi protocolado em 07.11.2013, mas foi juntado aos autos em 18.11.2013. Posteriormente, os autos foram feitos conclusos apenas em 24.04.2014.	
7	0000759-58.2010.5.04.0201
Aspectos gerais dos autos*: Nada a apontar. Movimentação processual: O processo foi redistribuído em 07.01.2013 em razão da Portaria Conjunta 8.048/12, mas os autos foram à conclusão em 22.02.2013. Foi juntada aos autos RPV em 28.10.2013, mas os autos apenas foram à conclusão em 24.04.2014.	
8	0001871-62.2010.5.04.0201
Aspectos gerais dos autos: Nada a apontar. Movimentação processual: O processo foi redistribuído em 10.01.2013 em razão da Portaria Conjunta 8048/12, mas os autos foram à conclusão em 1º. 03.2014.	
9	0000429-58.2010.5.04.0202
Aspectos gerais dos autos*: Nada a apontar. Movimentação processual: A petição da fl. 527 foi protocolada em 30.04.2013, mas foi juntada aos autos em 10.05.2013. Posteriormente, os autos foram à conclusão apenas em 11.06.2013. Foram publicadas notificações para as partes tomarem ciência da homologação do acordo em 07.08.2014, mas os autos foram conclusos apenas em 24.04.2014.	
10	0052600-75.1999.5.04.0202
Aspectos gerais dos autos*: Consta da capa dos autos o número anterior, 00526.202/99-8, e não o número atual 0052600-75.1999.5.04.0202. Movimentação processual. O processo foi devolvido da carga em 30.09.2013, mas os autos foram à conclusão em 04.11.2013. Foi expedida notificação em 13.11.2013 para as partes retirarem os documentos dos autos, mas foi	



certificado que não houve manifestação das partes apenas em 11.04.2014. **Principal Entrave. Instrução.** A ação foi ajuizada em 19.04.1999, mas a decisão apenas transitou em julgado em maio de 2009.

11 0001581-41.2010.5.04.0203

Aspectos gerais dos autos*: Nada a apontar. **Movimentação processual:** A decisão do agravo de instrumento foi juntada aos autos em 04.11.2013, mas os autos apenas foram à conclusão em 25.04.2014, quando a liquidação foi tornada definitiva.

12 0000272-45.2011.5.04.0204

Aspectos gerais dos autos*: Nada a apontar. **Movimentação processual:** Os autos permaneceram em carga com o perito de 05.10.2012 a 19.04.2013 e foram cobrados pela Secretaria apenas em 18.04.2013, nos termos da certidão da fl. 52. Foi determinado no despacho da fl. 82, proferido em 09.10.2014, que se aguardasse por dez dias a manifestação da reclamada. No entanto, os autos foram novamente à conclusão apenas em 25.04.2014.

13 0000136-77.2013.5.04.0204

Aspectos gerais dos autos*: Nada a apontar. **Movimentação processual:** A petição da fl. 319 foi protocolada em 14.05.2013, mas foi juntada aos autos em 03.06.2013.

14 0001747-42.2011.5.04.0202

Aspectos gerais dos autos*: Nada a apontar. **Movimentação processual:** O processo foi redistribuído em 07.01.2013 em razão da Portaria Conjunta 8.048/12, mas os autos foram à conclusão em 03.04.2013. Foi publicado despacho em 18.11.2013 para as partes se manifestarem sobre o arquivamento do processo, mas apenas foi certificado que não houve manifestação em 24.04.2014.

15 0000590-34.2011.5.04.0202

Aspectos gerais dos autos*: Ausência do carimbo “em branco” no verso da fl. 91. **Movimentação processual:** Foi publicada notificação em 18.11.2013, mas foi certificado que não houve manifestação da parte em 24.04.2014.

16 0000542-35.2012.5.04.0204

Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. **Movimentação processual:** A executada foi notificada para comprovar o pagamento da terceira parcela do acordo por intermédio de notificação publicada em 13.11.2012, mas foi certificado que prazo decorreu sem manifestação apenas em 11.04.2013. Foi expedido mandado de citação em 06.08.2013, mas foi certificado que a executada não efetuou o pagamento nem garantiu a execução apenas em 24.04.2014.

17 0000398-27.2013.5.04.0204

Aspectos gerais dos autos*: Nada a apontar. **Movimentação processual:** Em 12.07.2013, foi determinado que se aguardasse por 180 dias o processo de recuperação judicial da executada. Em 24.04.2014, foi determinada a expedição de certidão de habilitação de crédito.

18 0000320-04.2011.5.04.0204

Aspectos gerais dos autos*: Nada a apontar. **Movimentação processual:** A reclamada foi citada em 21.11.2012, mas apenas foi certificado que não houve o pagamento em 09.04.2013. Em 15.07.2013, foi determinado que se aguardasse por 180 dias o processo de recuperação judicial da executada. Em 24.04.2014, foi determinada a expedição de certidão de habilitação de crédito.



19	0000258-27.2012.5.04.0204
Aspectos gerais dos autos*: Nada a apontar. Movimentação processual: Em 23.11.2013, foi determinado que se aguardasse a execução que tramita em outro processo na 3ª VT de Canoas. Em 24.04.2014, foi determinado que a União se manifestasse em 30 dias.	
20	0002150-68.2012.5.04.0204
Aspectos gerais dos autos*: Nada a apontar. Movimentação processual: Foi certificado que o processo seria arquivado sem dívida ou pendência em 04.06.2013, mas até o envio dos autos à Corregedoria os autos não foram remetidos ao arquivo.	

* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2013.

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação.

Prática	Exemplos
Autos aguardando arquivamento desde 2013	0001375-53.2012.5.04.0204
	0002272-81.2012.5.04.0204
	0002341-16.2012.5.04.0204
Demora no impulso processual/registros desatualizados	0182400-81.2007.5.04.0201
	0000811-51.2010.5.04.0202
	0115800-10.2009.5.04.0201

No exame dessa listagem, verificou-se elevada quantidade de processos que aguardam arquivamento. Citam-se como exemplos os processos relacionados acima. Tal situação prejudica o desempenho da Unidade na apuração do número de processos em fase de execução e na contagem do tempo médio de tramitação das demandas nessa fase.

8.3 Exame dos Pressupostos Recursais

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária observa a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento expreso nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

9 PJe

Relativamente ao PJe, a Diretora informou que a maioria dos servidores acessa e atua no processo eletrônico. Foram mantidas as mesmas atribuições que cada funcionário tem nos processos físicos para facilitar a organização e distribuição de tarefas nos dois meios. As Secretárias de Audiência efetuam as tarefas de triagem, despachos, marcação de audiências iniciais e notificações,



além das tarefas geradas em audiência. As devoluções postais, referentes às audiências iniciais são controladas por outro servidor, já que, segundo informou a Diretora, houve aumento de devoluções em razão da falta de unificação cadastral.

No Pje os prazos são separados em caixas semanais por vencimento de prazo. Na data da visita correcional a situação dos processos no meio eletrônico era a seguinte:

- 100 processos na fase de conhecimento com prazo vencido entre 07 e 11 de abril;
- 10 processos na fase de execução com prazo vencido em 24 de abril;
- 21 processos com prazo vencido em 30 de abril (controle automático do sistema).

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme o cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária não requereu a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correcionado.

Para 2014, a Unidade Judiciária requereu e, mediante deferimento, há previsão de atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT para os períodos de 04 a 08.08.2014 e de 12 a 15.08.2014.

11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

A Diretora de Secretaria, em exercício na Unidade desde agosto de 2012, relatou sua dificuldade com o treinamento e investimento no seu quadro de servidores, constantemente sujeito à rotatividade. De qualquer forma, demonstrou interesse e comprometimento na busca de solução para a melhora dos serviços da vara e notou-se que, como gestora, procura promover práticas de integração e conforto entre os servidores. O clima de colaboração é perceptível entre todos que estavam presentes e a unidade destaca-se pelo aumento no número de processos solucionados em 2013 na fase de conhecimento, cuja taxa de congestionamento diminuiu e manteve-se praticamente no mesmo patamar da média da 4ª Região. As fases de liquidação e execução são de difícil e delicada análise, diante da situação já narrada quanto à transferência da parte das execuções das varas mais antigas do foro a partir de dezembro de 2012, quando a vara já funcionava há cerca de um ano. Ainda assim, merece destaque a correção de andamentos lançados no BNDT, visto que não havia processos com execução encerrada definitivamente ainda com devedores inscritos no banco. A propósito, foi observada pela Corregedora a importância de manter-se a unidade atualizada quanto aos lançamentos de andamentos eletrônicos como forma de refletir as suas reais condições de funcionamento. Destaca-se, também o cumprimento de todas as metas do CNJ cujos períodos de apuração já se esgotaram e a diligência das Juízas atuantes na vara de buscar manter suas pautas nos parâmetros recomendáveis pela Corregedoria.



As Juízas Titular e Substituta mostraram-se comprometidas e colaboraram para correição. A Juíza Aline Veiga Borges destacou-se pela ótima produtividade, mantendo-se com poucos processos conclusos para sentença em excesso ao prazo recomendado pela Corregedoria.

12 RECOMENDAÇÕES

ITENS 6.3 - PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS

Recomenda-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade observe o caráter prioritário dos processos do rito sumaríssimo, e adote as providências necessárias para o cumprimento do prazo de 15 dias para designação da audiência inicial, estabelecido no art. 852-B, III, da CLT.

13 DETERMINAÇÕES.

ITEM 3.5 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) lance o andamento informatizado, com data retroativa, relativo ao não conhecimento dos embargos declaratórios opostos pelo reclamante no processo nº 0000398-27.2013.5.04.0204;
- b) verifique nos autos do processo nº 0180100-48.2004.5.04.0203 a correção do lançamento da petição realizada em 23.03.2013. Constatado equívoco, deverá ser excluído referido andamento. Caso contrário, determina-se a imediata conclusão dos autos ao juiz para apreciação do incidente processual referido; o mesmo procedimento deverá ser realizado em relação à exceção de pré-executividade cujo lançamento no sistema informatizado foi lançado em 24.03.2013.

Além disso, recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

ITEM 6.8 – SENTENÇAS

Determina-se à Juíza Titular **Ingrid Loureiro Irion** e à Juíza Substituta **Aline Veiga Borges** que prolatem, com a maior brevidade possível, as sentenças nos processos conclusos para decisão há mais de 50 dias.

ITENS 7.13.1 e 7.13.2 (Advogados – Cargas vencidas há mais de 10 dias e Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 dias)

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCr.



ITEM 7.13.3 (Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias)

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)

Atente a Secretaria para as seguintes determinações:

- a) adote o procedimento correto quanto à inutilização de folhas em branco, consoante o art. 71 da CPCR;
- b) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPCR e art. 58 da CPCG) e evitando lacunas e espaços em branco (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente assinados e identificado o signatário (art. 150 da CPCR e arts. 57 e 58 da CPCG);
- c) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC;
- d) retire, periodicamente, listagem de processos sem movimentação processual há mais de 90 dias.

14 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com os juízes e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Canoas, no dia 12.05.2014, das 14h às 15h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes a todas as varas do foro. Com esse propósito, compareceu a advogada Eugênia Reichert, presidente da Subseção da OAB/Canoas, acompanhada do advogado Teodoro Manuel da Silva, Coordenador da Comissão Subseccional de Advogados Trabalhistas, que expressaram sua preocupação quanto à priorização dos processos eletrônicos em detrimento dos processos físicos. Relataram atrasos no andamento dos serviços na 2ª Vara de Canoas e o atraso na duração das audiências de forma geral. A Corregedora recebeu as ponderações, prestou esclarecimentos e comprometeu-se a averiguar as situações relatadas. Compareceram também as advogadas Nelci Vannuzi Kleinert Hammerle e Karla Felicina Bueno Martins, inconformadas com a notificação para realização de audiência já procedida em razão do desaparecimento da respectiva ata. No momento, foi chamada a Diretora de Secretaria da 2ª Vara do Foro de Canoas que esclareceu ter havido um problema na importação da ata pelo sistema Pje; o problema, segundo informado, foi reportado ao Comitê Nacional Gestor de Implantação do Pje e, até o presente momento, não foi apresentada solução. Assim, decidiu-se pela renovação da audiência. A Corregedora, ciente do



problema, determinou que fosse observada pauta preferencial para o referido processo. Compareceu, ainda, o advogado Gibran Queiroz de Vasconcelos, relatando problema em pedido de adiamento de audiência conduzida pelo Juiz Substituto da 1ª Vara; o problema foi recebido pela Corregedora como pedido de providência e encaminhado à Secretaria da Corregedoria.

15 PRAZO PARA RESPOSTA

A Diretora de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Secretaria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

16 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Titular Ingrid Loureiro Irion, pela Juíza Substituta Aline Veiga Borges, pela Diretora de Secretaria Paula Beatriz de Oliveira Mottin e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correccional. E, para os devidos fins, é por mim, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

**Beatriz Renck
Corregedora Regional**